



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

PROJETO DE LEI Nº 3.911, de 2004
(Apensado PL nº 5.138, de 2005)

Dispõe sobre a anistia de multas, correção monetária e juros referentes a dívidas com foros de terrenos interiores das ilhas oceânicas e costeiras pertencentes à União.

Autor: Deputado PEDRO FERNANDES.

Relator: Deputado RUI COSTA

I - RELATÓRIO

O projeto de lei em epígrafe concede anistia as multas, correção monetária e juros referentes a débitos em atraso do pagamento de foros anuais contraídos até o exercício de 2003 dos foreiros que detêm o domínio útil de terrenos interiores das ilhas oceânicas e costeiras pertencentes à União.

Foi apensado ao principal o PL nº 5.138, de 2005, que cancela os débitos junto à União constituídos até a início da vigência da EC nº 46/2005, relativos aos imóveis situados em ilhas costeiras transferidos aos Municípios.

O PL sujeita-se à apreciação conclusiva das comissões, tendo sido distribuído a Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, onde recebeu parecer favorável em relação ao PL nº 3.911, de 2004 e contrário ao PL nº 5.138, de 2005, a esta Comissão e à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

No prazo regimental, não foram apresentadas emendas.

II - VOTO DO RELATOR

De acordo com o art. 32, X, “h”, conjugado com art. 53, II, ambos do Regimento Interno desta Casa e conforme a Norma Interna desta Comissão aprovada em 29 de maio de 1996, que “Estabelece procedimentos para o exame de compatibilidade ou adequação orçamentária e financeira”, cabe a esta Comissão, preliminarmente ao mérito, realizar o exame de adequação orçamentária e financeira e compatibilidades com as leis do plano plurianual, de diretrizes orçamentárias e orçamentária anual e normas pertinentes a eles e à receita e despesa públicas.

A matéria tratada no projeto em exame mantém relação direta com disposições relativas às receitas da União e afetam as finanças



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

federais, objeto do exame de adequação e compatibilidade orçamentária e financeira.

Inicialmente há de se mencionar estar expressa em ambos os PLs clara renúncia de receita ao conceder anistia tributária, ocasionando a incidência do art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal que dispõe:

Art. 14. A concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita deverá estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes, atender ao disposto na lei de diretrizes orçamentárias e a pelo menos uma das seguintes condições:

§ 1º A renúncia compreende anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção em caráter não geral, alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo que implique redução discriminada de tributos ou contribuições, e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado.

I - demonstração pelo proponente de que a renúncia foi considerada na estimativa de receita da lei orçamentária, na forma do art. 12, e de que não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo próprio da lei de diretrizes orçamentárias;

II - estar acompanhada de medidas de compensação, no período mencionado no caput, por meio do aumento de receita, proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.

Ademais, incide o disposto no art. 91 da LDO/2011, Lei 12.309/2010:

CAPÍTULO VII - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO E SUA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Seção I - Adequação Orçamentária das Alterações na Legislação

Art. 91. As proposições legislativas, sob a forma de projetos de lei, decretos legislativos ou medidas provisórias, que importem ou autorizem diminuição da receita ou aumento de despesa da União no exercício de 2011 deverão estar acompanhadas de estimativas desses efeitos, para cada um dos exercícios compreendidos no período de 2011 a 2013, detalhando a memória de cálculo respectiva e correspondente compensação, nos termos das disposições constitucionais e legais que regem a matéria.



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Todavia, não é apresentado na proposição estimativa do impacto da medida propugnada tampouco sua compensação, como exigem a LRF e a LDO/2011.

Nos termos do art. 10 da Norma Interna desta Comissão, aprovada em 29 de maio de 1996, nos casos em que couber também à Comissão o exame do mérito da proposição, e for constatada a sua incompatibilidade ou inadequação, o mérito não será examinado pelo Relator, que registrará o fato em seu voto.

Diante do exposto, somos PELA INADEQUAÇÃO E INCOMPATIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA do PL nº 3.911, de 2004 e de seu apensado PL nº 5.138, de 2005.

Sala da Comissão, em de de 2011.

Deputado RUI COSTA
Relator